

## O ESPAÇO PÚBLICO E SUAS TERRITORIALIDADES A experiência das mulheres nos estádios de futebol

### *Public Space and its territorialities The experience of women in soccer stadiums*

**A. Marília Pena & B. Fernanda G. Sánchez**

*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

*mariana.ccarpe@gmail.com*

*sanchezf2010@gmail.com*

#### RESUMO

Apoiadas em princípios de caráter patriarcal, crenças e costumes produziram, ao longo da história, relações desiguais de gênero. Mediante correspondência entre comportamentos generificados, originados nas cidades e reverberados em edifícios de uso coletivo, pretende-se construir uma reflexão acerca da vivência feminina nos estádios de futebol e compreender as possibilidades de uso e afeto das mulheres nesses edifícios ditos masculinos, bem como no espaço público a eles relacionado, por meio de metodologia de base bibliográfica. Sustenta-se que, mesmo com o aumento do público feminino nos estádios, há entraves e preconceitos que, associados aos dificultadores existentes no espaço público, limitam usos e desencadeiam experiências conflitivas. Este artigo propõe uma avaliação da formação dos estádios e sua sociabilidade, por meio do questionamento das regulamentações instituídas e dos discursos e negociações ligados ao seu *ethos*, como contribuição para o avanço da reflexão crítica acerca das relações de gênero nas cidades contemporâneas.

**Palavras-chave:** gênero, espaço público, estádio, Rio de Janeiro.

**Linha de Investigação:** 3 – Dinâmicas Urbanas.

**Tópico:** Gênero e Cidade.

#### ABSTRACT

Supported by patriarchal principles, beliefs and customs have historically produced gender inequality. Through correspondence between gendered behaviors, originated in the cities and reverberated in collective buildings, it is intended to build a reflection on the female experience in football stadiums and to understand the possibilities of use and affection of women in these so-called male buildings, as well as in the public space related to them, through bibliographic based methodology. It is maintained that, even with the increase of the female public in the stadiums, there are obstacles and prejudices that, associated to the existing difficulties in the public space, limit uses and trigger conflicting experiences. This article proposes an evaluation of the formation of stadiums and their sociability, through the questioning of the instituted regulations and the speeches and negotiations related to their *ethos*, as a contribution to the advancement of critical reflection about gender relations in contemporary cities.

**Keywords:** gender, public space, stadium, Rio de Janeiro

**Research line:** 3 – Urban dynamics

**Topic:** Gender and City

## Introdução

Este trabalho<sup>1</sup> trata da presença feminina em espaços convencionalmente correlacionados aos homens. A construção social do espaço urbano, historicamente, coloca as mulheres em posição marginal, no ambiente doméstico e privado, ao passo que os homens assumem posição central na urbe, considerada natural deles.

A esfera pública apresenta-se como relevante instrumento ideológico nas sociedades democráticas, de acordo com Mitchell (1995). Ao refletir sobre o prisma de justiça e igualdade no domínio urbano, em face ao debate de enfrentamento da desigualdade nas relações de gênero, Tavares (2015b) indica uma sujeição à heteronormatividade masculina. Evidenciada pela desvalorização feminina no mercado de trabalho e trabalho doméstico, visto como obrigação delas; pela violência urbana e doméstica sobre seus corpos; e representações vulgares da mídia. Aponta-se uma ampla desqualificação do que se apreende como “feminino”, que gera consequências em todos os âmbitos da vida.

Cada espaço efetua um diálogo com outros espaços, por meio das pessoas que circulam e produzem reverberação ou reflexão de práticas (Delgado, 2011). O futebol pronuncia-se como ambiente privilegiado na investigação das estruturas de gênero, se considerarmos, que o Brasil se encontra inserido em uma lógica heteronormativa, que consagra a masculinidade como discurso dominante. Identifica-se, com isso, uma possível correlação entre as práticas generificadas, presentes na cidade e em equipamentos de uso coletivo, de modo que, este artigo trabalha com a hipótese que ambientes historicamente masculinos, como os estádios de futebol, espelham e amplificam práticas de caráter social de invisibilidade da mulher, que já ocorrem na esfera pública.

Frequentar e experienciar estádios de futebol permitiu a observação do panorama exposto e motivou a escolha deste tema. O objetivo desta pesquisa consiste na reflexão sobre a experiência feminina, a partir do reconhecimento de uma tensão social, provocada pela apropriação e participação delas no local. Almeja-se produzir um amadurecimento sobre a temática, através do aprofundamento da perspectiva sócio territorial, que proporcione uma melhor compreensão das inferências da práxis e possibilidades de afeto das mulheres com os estádios de futebol e o espaço público, de forma a evidenciar o quanto os preceitos impostos pelos homens influenciam a vivência delas nesses lugares, incidindo, até mesmo, na decisão de coabitar ou não.

Identifica-se, a importância em apreender os processos de formação e evolução que levaram à segregação feminina no espaço urbano, no esporte e, por consequência, nos estádios de futebol. Para isso, optou-se por uma metodologia de levantamento bibliográfico que analisasse três temáticas de estudo: o gênero, na construção de relações, disputas e debates; o espaço público, suas práticas, especificidades, lutas e discursos, a experiência das mulheres e, as transformações da cidade devido à realização de megaeventos; e estádios, assimilando sua história, memória correlata a sua constituição, enquanto lugar de conotações simbólicas no identitário popular, analisando a presença feminina e alterações sofridas no decorrer do tempo.

---

1. Este artigo insere-se na pesquisa, em desenvolvimento, de dissertação de Mestrado Acadêmico, com bolsa da CAPES e conta, ainda, com apoio de projeto com produtividade em pesquisa CNPq.

O trabalho terá a cidade do Rio de Janeiro como recorte espacial; e o período compreendido entre o final do século XIX, relativo à inscrição do futebol no Brasil, até o presente momento, como recorte temporal.

## 1. Uma síntese da formação da identidade e das estruturas generificadas

A palavra “masculinidade” é definida, no dicionário, como um atributo ou peculiaridade do que é masculino ou varão, aspecto relacionado ao comportamento másculo, viril. Segundo Butler (2003), masculinidade e feminilidade não são particularidades intrínsecas e representativas de homens e mulheres, mas estão associadas, diretamente, a um processo de aprendizagem.

Assim, diferenças sociais e culturais têm influência na formação da identidade de sujeitos que identificam-se pertencente a um gênero ou outro – na maior parte das vezes, em uma disposição binária – e que são construídos, através de mecanismos (família, escola, religião, mídia) e métodos educacionais de socialização, desde a infância, indicando a reprodução de práticas, comportamentos e valores considerados oportunos para aceitação coletiva:

“As normas de gênero têm tudo a ver com como e de que modo podemos aparecer no espaço público, como e de que modo o público e o privado se distinguem, e como essa distinção é instrumentalizada a serviço da política sexual” (Butler, 2018: 28).

Configurações patriarcais consagradas, caracterizam relações desiguais entre homens e mulheres, que concebem disparidades de perspectivas, direitos e obrigações sociais, mediante princípios e hierarquizações estabelecidas.

“Podemos afirmar que, as relações de gênero são expressões de relações de poder, envolvendo inscrições de autoridade, mando e privilégio, que atravessam diferentes sociedades, classes, etnias e grupos sociais” (Barbosa e Barbosa, 2017: 61).

Identifica-se uma crise de dimensão pessoal, local, global e política. Isso porque, sistemas tradicionalmente reconhecidos, que assinalaram as identidades como unidades imutáveis, entraram em decadência, e produziram novas identidades, por meio de luta e contestação política (Woodward, 2012).

“A desigualdade é gerada, em última instância, pela ‘identidade’ como algo fundante. É isso que possibilita a consolidação de processos políticos caracterizados pela luta por hegemonias universais” (Serpa, 2007:143-144).

## 2. O espaço público e suas implicações de gênero

De imediato, é pertinente mencionar, que condições relativas da esfera pública geram impeditivos para as mulheres. Ao circular pelas metrópoles, estas encaram adversidades: falta ou precariedade de transportes, ausência de iluminação adequada, vulnerabilidade ao circular em determinados horários e regiões, possibilidade de assédio e violência. Em determinadas lugares da cidade, os riscos aumentam, o que exige uma organização prévia de percursos e transportes disponíveis, ou ainda, contar com a presença de terceiros para a sua proteção. Por vezes, na falta de algum dos elementos mencionados, elas optam por

retornar previamente ou desistem de ir. Desse modo, há um comprometimento integral da autonomia, experiências cotidianas e rotinas em todos os ramos de sua existência: “a mobilidade é em si mesma um direito do corpo, mas é também uma pré-condição para o exercício de outros direitos” (Butler, 2018: 93).

Configura-se como ideal normativo, a concepção do espaço público como lugar das trocas, política e comércio, quase sem interferências, que permita interações sociais e atuação política para todos os indivíduos que coabitam o local. Contudo, o domínio público jamais esteve livre de mediação. A integralidade da sua formação foi assegurada, através de seleção minuciosa de pessoas que produzissem um público composto por uma posição, condição de poder e respeitabilidade, específicas. Assim, as mulheres, os pobres e os escravos, por mais que pudessem trabalhar, foram completamente excluídos da política ali desempenhada (Mitchell, 1995). Embora, historicamente, o urbanismo tenha preterido a unicidade, a localização e as narrativas, tendo assumido uma neutralidade dos sujeitos, a cidade é povoada por cidadãos que usam e transitam diferentemente pela urbe, conforme classe, raça, gênero, idade e sexualidade, e sob a confluência de dimensões.

A cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas, recorreu a um planejamento urbano baseado no modelo competitivo de fluxos de capitais, próprio das cidades globalizadas, por meio da mercantilização da produção de dinâmicas urbanas e das formas de intervenção nas cidades. Visando construir uma imagem vinculada aos padrões internacionais, os megaeventos possibilitam a reprodução de capital, por intermédio de especulação imobiliária e encarecimento da vida.

No contexto das políticas urbanas neoliberais, os megaeventos a mercê da política-espetáculo, são responsáveis por agravar a desigualdade, em especial, quando realizados em países já desiguais, como o Brasil. A revisão de eventos recentes, revela que o investimento público é direcionado para a produção de equipamentos que serão comercializados pela iniciativa privada, em prol do mercado e dos setores de construção e serviços (Sánchez, 2014).

Segundo Tavares (2015), o modelo de cidade que preconiza as revitalizações como pauta, é responsável por aprofundar e preservar antigas estruturas de gênero, fomentada por novos processos. Estratégias administrativas que se projetam na imagem internacional, fortalecem a uniformidade da política urbana e dos seus instrumentos de planejamento, que preconiza interesses homogeneizadores sobre o reconhecimento de diferenças e desigualdade.

“Nesse sentido, a política urbana na lógica de mercado, neste contexto de Megaeventos, tende a homogeneizar a tudo e a todos(as), reforçando a invisibilidade de gênero, ou mesmo o lugar das mulheres na sociedade, quando já é evidente, práticas e relações sociais que desafiam essa mística” (Tavares, 2015b: 5).

### **3. O ambiente futebolístico: “generificado e generificador”**

Além das questões ligadas ao espaço urbano, já mencionadas, há regulamentadores no ato de torcer que funcionam como limitadores à participação delas: poucas assumem funções importantes em torcidas organizadas e existe restrições em atividades, como bateria ou bandeirões; muitos relacionam o interesse pelo jogo, com um possível interesse pelos jogadores, reproduzindo o apelido depreciativo de “maria-chuteira”; restrição na escolha da roupa utilizada, possibilitando a elas apenas alguns itens discretos de feminilidade; entre outros. Mas se uma mulher desconhece as diretrizes locais ou opta por rompê-las, estará

sujeita a constrangimentos verbais, físicos e simbólicos. Essa coerção de sua conduta, que a obriga a renunciar sua individualidade, combinado com a dificuldade em compreender a normativa do lugar, talvez sejam motivos fundamentais para o não retorno destas aos estádios.

Este espaço social generificado é correlato à condição social da mulher, e também, ao modo como se deu a construção do futebol no país. Mascarenhas (2014) explica que, por mais que o imperialismo inglês tenha sido responsável pela difusão do futebol, no final do século XIX, foram fatores locais que o efetivaram. Jovens aristocratas, que retornavam dos estudos no exterior, possuíam prestígio suficiente para introduzir e validar modismos e inovações culturais no Brasil, mas questões socioculturais do território, acarretaram em uma aceitação coletiva lenta, progressiva e conflituosa.

A herança colonial existente, mesmo que o país já fosse independente desde 1822, apresentou-se como barreira: a elite e classe média eram amplamente resistentes em sair às ruas. Isso porque, o espaço público era considerado ambiente do trabalho (associado ao esforço físico), logo frequentado pelos pobres, negros e escravos. O imaginário colonial-escravocrata permaneceu na forma urbanado Rio de Janeiro, até a Reforma Pereira Passos, no início do século XX. A partir daí, o uso do público sofreu novas experimentações e amplo processo de transição da organização da vida cotidiana, que solidificou-se devido ao reconhecimento de um panorama favorável. A adesão ao futebol é referente então, à aceitação de novas formas de uso (público) do corpo.

Em um primeiro momento, o futebol foi estimulado apenas por parentes e amigos de atletas. Já em um segundo momento, tornou-se profundamente disperso e absorveu novos formatos e especialidades. No Brasil, esses espaços serão os “campinhos de pelada”, que tornaram-se importante meio de socialização, e instrumento fundamental na formação de significados de masculinidade para a cultura do país (Mascarenhas, 2014).

Há correspondência entre a posição secundária da mulher no espaço público e no movimento de expansão do futebol no país. Considerando que estas não tinham acesso ao ensino superior, no final do século XIX, os jovens da aristocracia, que trouxeram o modismo europeu, e atletas formadores das equipes eram indivíduos do sexo masculino. Depois, os “campinhos de pelada” estavam localizados no espaço público, de pouca visibilidade feminina, o que não propiciou a aproximação das mesmas com o esporte. É provável, então, que o pouco contato delas com o futebol foi restrito a algumas damas da elite, que assistiam aos jogos de atletas familiares, mas sempre, obrigatoriamente, acompanhadas de um homem.

Posteriormente, já consolidado como reduto masculino, o futebol passou a realizar-se em local próprio, nos estádios, respectivamente: nos pertencentes aos clubes; nos extensivamente financiados pelo setor público, os das massas; e nos reformados para os megaeventos esportivos, mais recentemente.

### **3.1. Mulheres, disputas e negociações pela permanência**

Há alguns anos, especialmente após a realização da Copa do Mundo FIFA em 2014, constata-se aumento da presença de mulheres nos estádios brasileiros. Mas, é possível apontar inquietações referentes ao discurso sobre o incremento feminino, sobretudo enquanto torcedoras, uma vez que a participação delas ocorre diante de hierarquias e relações de poder e também porque intenta atender um conjunto de objetivos específicos (Mendes, 2016).

As reformas dos estádios buscaram uma infraestrutura com padrão internacional. Assim, espaços do povo transformaram-se em arenas com seu território uniformizado. Ou seja, uma atitude homogeneizadora, tal qual foi apontada para o espaço público. Focado na questão comercial que proporcionasse conforto e segurança, além de uma alteração da estrutura física, houve uma tentativa de modificar o perfil do torcedor e eliminar velhos hábitos.

Ressalta-se a utilização das representações identitárias do feminino como imagem mercadológica. Há um intuito de higienização do espaço mediante pressupostos sociais de gênero que assumem que mulheres são elemento antagônico à violência e que reproduziram suas relações familiares, consideradas positivas, até mesmo nos ambientes esportivos. O objetivo é uma aprovação expressiva, pela sociedade brasileira, deste novo conceito de ambiente que transmita segurança e atraia maior público no perfil desejado (Perni, 2016).

Apesar de modificações que apontam melhorias e tentativas de contemplar algumas demandas femininas – ainda que áreas problemáticas tenham sido modernizadas (sanitários, arquibancadas e locais de alimentação), observa-se que alguns setores contam com instalações e policiamento insuficientes para eventos com públicos maiores. Ademais, apesar da narrativa de ambiente familiar há carência de elementos que suportem a frequência desse público (trocadores e sanitários da família, são exemplos) – não foram encontrados estudos que apresentem ou relacionem essas transformações espaciais com uma melhoria legítima para as frequentadoras.

As ações para efetivar as experiências das mulheres ainda são incipientes, uma vez que não foram criados regulamentos e procedimentos internos de funcionamento dos estádios para a reversão das relações de poder existentes. Por esse motivo, diante da carência na literatura, acredita-se que haja um longo caminho de investigação, sendo este um objeto em construção com ampla possibilidade de avanços.

Existem preconceitos e barreiras significantes, relativos à constituição do ambiente futebolístico, e da imagem da mulher e do homem na sociedade, que não possibilita pronta modificação na ordem de gênero. Culturalmente, há uma hierarquização no esporte, que valora elementos vinculados à masculinidade. Com a inserção delas no esporte, os mesmos componentes (força, coragem, determinação) passaram a ser reivindicados e estimados, também, para elas.

“[...] o esporte, como qualquer outra prática cultural, é generificado e generificador. Ou seja, seu acontecer está perpassado pela (re)produção de masculinidades e feminilidades, e estes marcadores identitários não são neutros nem universais. Ao contrário: constroem-se cotidianamente considerando as representações culturais a eles associados”. (Mühlen e Goellner, 2012: 167)

Devido aos diversos obstáculos que interferem na experiência de torcedoras, há embate entre o direito em frequentar o estádio e a efetivação de sua vivência. Visto que, a inclusão das mulheres deu-se por conciliação, os homens persistem em demarcar os locais onde elas podem caminhar e/ou aqueles em que permanecem vulneráveis. A legitimação masculina nos estádios acarreta, por isso, na falta de questionamento de iniciativas que permitam a formação de performance das mulheres que ali atuam.

O encaminhamento consensual de que o futebol não integra a vida delas – ao contrário dos homens que são estimulados desde a infância pela família, escola e amigos, enaltecendo a masculinidade e a virilidade – não as estimula a se aproximarem do esporte. A defasagem de oportunidades feminina, cria e reforça a

suposição, de que elas desconhecem todo o universo do futebol, como: regras, história, esquema tático, jogadores e, inclusive, o modo de torcer.

Há maior tolerância de erros cometidos por homens do que por mulheres, em situações análogas. Elas são, constantemente, submetidas a provações e reafirmações sobre a pertinência de seus comentários. O espaço público reflete, por meio da violência para proteção pessoal e exclusão dos demais, a heteronormatividade masculina. Igualmente, o estádio propõe, enquanto reduto masculino, que os métodos de todos os homens ocupantes daquele espaço, são inquestionáveis.

“Seria necessário enumerar todos os casos em que os homens mais bem-intencionados (a violência simbólica, como se sabe, não opera na ordem das interações conscientes), realizam atos discriminatórios, (...) ou outras tantas “escolhas” infinitesimais do inconsciente que, acumulando-se, contribuem para construir a situação diminuída das mulheres e cujos efeitos cumulativos estão registrados nas estatísticas da diminuta representação das mulheres” (Bourdieu, 2012: 74).

A violência simbólica efetiva o poder simbólico, impondo a ordem vigente como natural. (Bourdieu, 2006). Um indivíduo, ao se julgar pertencente a um grupo que foi determinado pela ótica dominante, efetua e fortalece sobre si mesmo a normalização da ordem social estabelecida (Bourdieu, 2012). O preconceito é praticado por ambos os sexos ao não assumir a ida ao estádio como lazer permitido a todos. Assim, diversas torcedoras que não se reconhecem como vítima de preconceito, minimizam os episódios sofridos, em prol de sua sobrevivência no lugar. Ou seja, no empenho por aceitação e respeito, fortalecem estereótipos e preconceitos.

Por isso, estádios possuem um código de conduta velado, produzido pelos homens e reforçado pelas mulheres, que resulta em rotulação, regulamentação e hierarquização das relações de poder, para a estabilidade da disposição existente. Questiona-se com isso, se as torcedoras, ao negociar sua permanência no espaço, reconsideram atitudes, admitem importunos, inclusive, em detrimento às suas experiências.

Delgado (2011) acredita que, apesar de o imaginário hegemônico ser o posicionamento das classes hegemônicas, este não é o da maioria das classes hegemônicas. Estas, possuem convicções particulares, por vezes, díspares ou alheias. Existe posto isso, uma pluralidade de imaginários que coexistem paralelamente e que podem, ocasionalmente, pronunciar e negociar com os modelos institucionalizados de representação, em benefício de seus interesses, frente ao enfrentamento para desvencilhar-se da subordinação.

Bandeira e Seffner (2018) revelam que, compreendendo a masculinidade e a feminilidade como complementares, o incremento da atuação das mulheres, poderia desestruturar o lugar futebolístico enquanto lugar congênito dos homens. É possível, que esta seja a explicação para o machismo e reproduções correntes sobre mulheres, feminilidade e esporte. Teixeira (2004) acrescenta ainda, que é necessário refletir sobre os discursos elaborados pois, na medida que estes revelam representações, é pertinente compreender que a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, portanto, com disputas e negociação. Visto isto, torcedoras não apenas disputam o espaço, mas talvez, estejam exercitando, mesmo não intencionalmente, um ato de resistência.

#### 4. Diálogos, debates e as possibilidades de transformação

Há dificuldade em estabelecer um debate público que reconheça os direitos das mulheres. Mas as práticas sociais são mecanismos de tensionamento cotidiano acionado por elas. Disputas entre a resistência dos que dominam, para estabilidade do *status quo*, e aqueles(as) dominadas, para promover mudanças, provocam consequências na forma como é feita a produção e reprodução do espaço. Isso ocorre quando a mulher desafia com sua presença e sua conduta, os princípios normativos do local: “Procuramos as brechas para existirmos na cidade” (Tavares, 2015: 57)

Ao apelar à retórica da inserção e interação, ao longo do tempo, grupos excluídos passaram a defender seus direitos como público ativo. Quando um coletivo tem uma conquista, mesmo que parcialmente bem-sucedida de inclusão no “público”, os demais grupos são influenciados sobre a importância dos ideais para contestação política (Mitchell, 1995). Superar associações arbitrárias de poder, mediante uma perspectiva crítica, significa admitir o gênero como atributo de multiplicidade de existências, em especial, no que se refere à política de confronto do crescimento da violência, identificado nas cidades contemporâneas (Barbosa e Barbosa, 2017).

No Brasil, a partir de 2014, surgiu diversos movimentos de torcidas, autodenominados “antifascistas”, que utilizam os clubes de futebol como cenário para aflorar discussões políticas com viés contra o machismo, racismo, homofobia e elitização do futebol. Esses coletivos pautam suas reivindicações no combate à intolerância das relações sociais, no fortalecimento dos princípios democráticos de seus clubes e contra a violência nos estádios.

Por tratar-se de um processo recente, em crescimento, estes ainda encontram barreiras para atuar nos estádios. Entretanto, têm estado presentes integrando manifestações com reivindicações diversas no espaço público, desde a sua criação. Nos últimos meses, já no contexto da pandemia, ganharam visibilidade em protestos contra o racismo, em oposição a determinações governamentais, em várias capitais pelo país, e contra a volta do futebol, no Rio de Janeiro.

“O exercício da política se torna fundamentalmente prática espacial e performance no espaço urbano, segundo suas subjetividades e identidades urbanas com vistas a resistir ao modo de produção hegemônico e heteronormativo” (Tavares, 2015a: 172).

Assim, retoma-se a hipótese deste trabalho, que presume que espaços edificados de uso coletivo carregaram uma normativa sociocultural de segregação de gênero proveniente do espaço urbano, e indaga-se a possibilidade dos mesmos em transmitir um enfrentamento de normativas nos estádios. Se o movimento antifascista no ambiente futebolístico é um exercício constante de cidadania, para as mulheres que ainda precisam negociar os seus direitos enquanto torcedoras, o espaço possível de legitimação é um percurso ainda mais árduo. Entretanto, ao atentar para o número significativo delas como integrantes desses movimentos, sua luta nos estádios pode estar alinhada a um conjunto de lutas nas quais as torcidas dos clubes venham a ocupar posição relevante na cena pública.

Refletir sobre as relações de gênero é por isso, “a oportunidade de superar epistemologias conservadoras fundamentadas na naturalização das relações humanas, assim como as de caráter essenciais baseadas em estruturas binárias universais” (Barbosa e Barbosa, 2017: 62). Transformar cidades em igualitárias exige, desse modo, eliminar a dicotomia público-privado tendo, obrigatoriamente, um planejamento que assimile

homens e mulheres enquanto indivíduos diferentes, assim como suas experiências e necessidades (Mayorga e Íñiguez-Rueda, 2019)

Visto isto, pela visão feminista, a arquitetura e o urbanismo deveriam conceber lugares que apreendam a diversidade real, física e social; que respeite o direito à cidade; que posicione as demandas em igualdade de direitos; que efetive projetos e planejamentos inclusivos, como fonte primordial de aprendizado para processo decisório. Ou seja, “uma reestruturação de espaços urbanos que promovam mais inclusão, que não invisibilizem as mulheres e grupos minoritários, e que promovam a interação entre os diferentes grupos, a diversidade e a heterogeneidade social e étnica.” (Mayorga e Íñiguez-Rueda, 2019: 10)

## 5. Considerações Finais

As relações de gênero, em nossa sociedade, foram organizadas por meio de condições arbitrárias e violentas de poder, com auxílio de um conjunto de organizações soberanas que utilizaram discursos patriarcais para influenciar conduta, moral e atuação dos indivíduos. Por mais que, masculinidade e feminilidade não sejam características específicas de homens e mulheres, e que sejam adquiridas mediante processos de aprendizado; uma longa e profunda trajetória de performance de corpos femininos, pelo enfoque masculino, produziu discursos de corpos com inferências nas relações de gênero. Assim, a noção do que se reconhece como atinente a cada um deles foi instituída e normalizada, perante um fundamento de domínio de um sobre o outro.

Como mencionado anteriormente, o espaço público foi estabelecido como lugar de vivência predominantemente masculina. As mulheres, por sua vez, ocuparam posição secundária, no ambiente privado. Tradicionalmente, a arquitetura e o urbanismo foram desenvolvidos, pautados diante de considerações de um indivíduo neutro, sem discernir a singularidade dos diversos atores presentes. O futebol acompanhou a lógica heteronormativa social, e configurou espaços edificadas que reproduzem procedimentos de segregação de gênero do espaço urbano. É por esse motivo que os esportes modernos configuram lugares sociais privilegiados na investigação sobre a masculinidade, pela possibilidade de visualizarmos, no espaço social do edifício e da urbe, o funcionamento das instituições generificadas existentes.

Ainda que, o público feminino tenha aumentado e algumas melhorias tenham ocorrido, recentemente, não houve pronta transmutação das estruturas de gênero. Entraves ligados à condição histórica de homens e mulheres na sociedade, detectados também nos estádios, são significativos para a não concretização da vivência delas. A violência simbólica imposta pelos homens e reforçada por mulheres, que não identificam os preconceitos sofridos, perpetuam a normalização de incidentes e reforçam preconceitos e trivialidades.

O ato de experienciar estádios, para as mulheres corresponde a um processo constante de disputas, negociações e validações de suas convicções e do seu direito de permanência. A situação é agravada pelos impeditivos impostos pelo espaço público: mulheres transitam pela cidade mediante a garantia de trajetos, transportes e predisposição de terceiros que assegurem sua segurança, principalmente, com relação ao assédio e violência física.

É nessa realidade, dinâmica e controversa, que a flexibilização da masculinidade hegemônica, reproduzida pelos sujeitos, efetua-se e permite uma abertura nos significados relacionados ao universo masculino, de forma a potencializar as discussões e revisões acerca das medidas de socialização possíveis de gerar transformações mais consistentes.

Compreender a dominação imposta às mulheres, enquanto condição histórica, social e cultural, em vez de uma diferença genuinamente universal, geralmente disposta, é necessário para auxiliar na compreensão das relações existentes. Portanto, se configura como categoria de análise importante para indagação sobre as imposições de poder presentes nas esferas pública e privada, que contribua para uma reflexão da sociedade, no passado e na atualidade.

Por acreditar que não há viabilidade de abertura para novas ordens, sem uma análise crítica das condições de constituição da ordem atual é preciso reconhecer os dispositivos, delimitações e ações para aceitação; questionando as normas instaladas e naturalizadas, enquanto estratégia primordial para correção do panorama atual e do discurso que as funda e legitima. Afinal, em um país como o Brasil, no qual o futebol está diretamente relacionado à identidade nacional, é fundamental o debate acerca da trajetória necessária para promoção de espaços de sociabilidade onde as mulheres tenham seu lugar.

## Referências bibliográficas

- BANDEIRA, G. e SEFFNER, F. (2018). Como homens narram a presença feminina nos estádios de futebol. Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação e Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade, Rio Grande, FURG, 1-7.
- BARBOSA, J.L, BARBOSA, A.T. (2017). Relações de gênero: espacialidades de poder em tempos de violência. En: T. HILGERS e J.L.BARBOSA (comps), Identidade, território e política em contextos de violência na América Latina e no Caribe (61-78). Rio de Janeiro: Observatório de Favelas.
- BOURDIEU, P. (2012) A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, P. (2006). O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BUTLER, J. (2018). Corpos em Aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de Assembléia. Tradução de: Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- DELGADO, M. (2011). El espacio público como ideología. Madrid: Catarata.
- MASCARENHAS, G. (2014). Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: UERJ.
- MAYORGA, C. e ÍÑIGUEZ-RUEDA, L. (2019) Gênero, Feminismo e Cidades. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales (Almería), Vol.9, N.1, 9-15.
- MENDES, B. (2016). A participação de mulheres nas torcidas como uma inclusão e uma legitimação do torcer: algumas reflexões. II Simpósio Internacional Futebol, Linguagem, Artes, Cultura e lazer, 2015, Belo Horizonte. Anais, EEEFTO – UFMG, 108-116.
- MITCHELL, D. (1995). The End of Public Space? People's Park, Definitions of the Public, and Democracy. Annals of the Association of American Geographers, Washington D.C, *Association of American Geographers*, Vol.85, N.1, 108-133.

MÜHLEN, J. e GOELLNER, S. (2012) Representações de feminilidades e masculinidades (re)produzidas pelo site Terra. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. (Florianópolis), v. 34, n. 1, 165-184.

PERNI, K. (2016). A participação de mulheres nas torcidas como uma inclusão e uma legitimação do torcer: algumas reflexões. II Simpósio Internacional Futebol, Linguagem, Artes, Cultura e lazer, 2015, Belo Horizonte. *Anais, EEEFTO – UFMG*, 180-192.

SÁNCHEZ, F, et al. (2014) A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências. Niterói: UFF.

SERPA, A. (2007). O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto.

TAVARES, R. (2015a). Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Prourb. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TAVARES, R. (2015b). Uma cidade Indiferente: Espaço Generificado de Resistência à Cidade-Mercadoria. XVI ENANPUR Espaço, planejamento e insurgências, ST 10 – Emergências no campo de estudos urbanos e regionais, 2015, Belo Horizonte. *Anais, São Paulo, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL-ANPUR*, v.16 n.1, 1-12.

TEIXEIRA, R. (2004). Os perigos da paixão: visitando jovens torcidas cariocas. Rio de Janeiro: Annablume.

WOODWARD, K. (2012). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. En: T.T. SILVA e S. STUART (comps), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais (7-72)*. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: VOZES.